

PROTOCOLO	<p>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa</p> <p>02 SET 2025</p> <p>Protocolo: 1144/25</p>	<p>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA</p>	<p>Nº 1061/25</p>
	<p>AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL</p> <p>Reconhece a atividade de pesca esportiva como de relevante interesse econômico, turístico, esportivo e cultural do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Fica reconhecida a atividade de pesca esportiva como de relevante interesse econômico, turístico, esportivo e cultural do Estado de Rondônia.</p> <p>Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se pesca esportiva a pesca amadora para fins de turismo ou desporto, praticada na modalidade “pesque e solte”, em que o recurso pesqueiro capturado é devolvido vivo ao ambiente de captura.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 22 de agosto de 2025.</p> <p> IEDA CHAVES Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL</p>		

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
	AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares, a presente proposição, fundamentada no art. 39, caput, da Constituição do Estado, bem como no art. 153, III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tem por finalidade reconhecer oficialmente a pesca esportiva como atividade de relevante interesse econômico, turístico, esportivo e cultural no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>Cumpre destacar que a matéria em tela atende integralmente aos requisitos legais e regimentais, sendo de natureza legislativa e de iniciativa concorrente, conforme dispõe o art. 39 da Constituição Estadual:</p> <p style="text-align: right;">Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.</p> <p>Ademais, o Regimento Interno desta Casa Legislativa estabelece, em seu art. 153, inciso III, que a função legislativa é exercida, entre outros meios, por meio de projetos de leis ordinárias:</p> <p style="text-align: right;">Art. 153. A Assembleia exerce a sua função legislativa por vias de projetos de: III – leis ordinárias.</p> <p>A pesca esportiva é uma atividade consolidada em diversos estados da Federação como política de estímulo ao turismo sustentável, à economia local e à valorização ambiental e cultural. Em Rondônia, os rios Madeira, Guaporé, Mamoré, Jamari, Pimenta, Machado e seus afluentes são habitats de espécies de grande valor esportivo e ecológico, como o tucunaré, dourada, jaú, pirarara, pirarucu, surubim cachara, surubim caparari e tambaqui, atraindo pescadores de todo o Brasil e até de países vizinhos.</p> <p>Essa prática movimentava diversos setores da economia, como redes de hospedagem, transporte, alimentação, embarcações, guias de pesca e prestadores de serviços especializados, promovendo a geração de empregos diretos e indiretos, sobretudo em regiões ribeirinhas e comunidades do interior.</p> <p>Além disso, quando incentivada com responsabilidade e regulada por normas ambientais, a pesca esportiva é uma aliada da preservação ecológica. A prática na modalidade "pesque e solte",</p>			

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL

prevista no parágrafo único da presente proposição, promove a devolução dos peixes ao habitat natural, contribuindo para o monitoramento das espécies, educação ambiental e conservação da ictiofauna. A atividade, portanto, atende às diretrizes do art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Sob o aspecto esportivo, a pesca esportiva é reconhecida mundialmente como modalidade recreativa e competitiva, promovida por federações, clubes, eventos e torneios oficiais. No Estado de Rondônia, essa prática está cada vez mais presente na vida social das comunidades ribeirinhas e urbanas, sendo parte do modo de vida, da culinária tradicional e das manifestações culturais locais.

O reconhecimento oficial da pesca esportiva como atividade de relevante interesse público permitirá ao Estado de Rondônia estabelecer parcerias institucionais, integrar políticas públicas, pleitear investimentos, apoiar eventos esportivos e fortalecer o turismo ecológico e cultural regional, respeitando sempre os princípios da sustentabilidade e da valorização das tradições locais.

Diante do exposto, a aprovação desta proposta se faz urgente e necessária, como instrumento de valorização da biodiversidade rondoniense, de fomento ao desenvolvimento sustentável e de incentivo à prática esportiva e à cultura regional.

Plenário das Deliberações, 22 de agosto de 2025.



IEDA CHAVES

Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL